

Demonstrações Financeiras

Bon Nome Solar S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Bon Nome Solar S/A

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Bon Nome Solar S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bon Nome Solar S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Rita de C. S. Freitas', is written over a faint, circular stamp.

Rita de C. S. Freitas
CRC-1SP214160/O-5

Bon Nome Solar S/A

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Impostos a recuperar

Outros ativos

Total do ativo circulante

Notas	31/12/2021	31/12/2020 (não auditado)
3	11.877	98
	46	-
	689	-
	12.612	98

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Outros ativos

Imobilizado

Direito de uso

Total do ativo não circulante

	30	-
4	399.057	-
5	6.420	-
	405.507	-

Total do ativo

418.119 **98**

Passivo circulante

Fornecedores

Tributos e encargos sociais a recolher

Passivo de arrendamento

Total do passivo circulante

Notas	31/12/2021	31/12/2020 (não auditado)
6	6.530	-
	1.802	-
8	25	-
	8.357	-

Passivo não circulante

Passivo de arrendamento

Total do passivo não circulante

8	6.472	-
	6.472	-

Patrimônio líquido

Capital social

Adiantamento para futuro aumento de capital

Prejuízos acumulados

9.1	404.361	10
	-	100
-	(1.071)	(12)
	403.290	98

Total do patrimônio líquido

403.290 **98**

Total do passivo e patrimônio líquido

418.119 **98**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bon Nome Solar S/A

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020 (não auditado)
Custos de venda de energia	10	-	-
Prejuízo bruto		-	-
<u>Despesas operacionais</u>			
Despesas administrativas e gerais	10	(685)	(11)
Total das despesas operacionais		(685)	(11)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(685)	(11)
<u>Resultado financeiro</u>			
Receitas financeiras		401	-
Despesas financeiras		(656)	(1)
Resultado financeiro líquido	11	(255)	(1)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(940)	(12)
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(119)	-
Prejuízo do exercício		(1.059)	(12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bon Nome Solar S/A

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
		(não auditado)
Prejuízo do exercício	(1.059)	(12)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.059)</u>	<u>(12)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bon Nome Solar S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)		-	-	-	-
Aumento de capital		10	-	-	10
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	100	-	100
Prejuízo do exercício		-	-	(12)	(12)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)		10	100	(12)	98
Aumento de capital	9.1	404.351	(100)	-	404.251
Prejuízo do exercício		-	-	(1.059)	(1.059)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		404.361	-	(1.071)	403.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bon Nome Solar S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.059)	(12)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	269	-
Juros de arrendamentos	507	-
Decréscimo/(acrécimo) em ativos		
Outros ativos	(765)	-
Acrécimo (decrécimo) em passivos operacionais		
Fornecedores	6.530	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.802	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado) nas atividades operacionais	7.284	(12)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao direito de uso	(6.689)	-
Adições ao imobilizado e intangível	(399.057)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(405.746)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamentos	(699)	-
Aquisição de novos contratos de arrendamento	6.689	-
Integralização de capital social	404.251	10
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	100
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	410.241	110
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	11.779	98
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	98	-
No fim do exercício	11.877	98
No fim do exercício	11.779	98

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Bon Nome Solar S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, Conj. 304, Jd. Paulistano, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Foi Constituída em 1º de dezembro de 2018 sob a denominação de Bon Nome Serviços Administrativos III Ltda., sendo seu capital social representado por dez mil quotas no valor nominal de R\$1,00(um real) cada uma, e tendo por objeto social a prestação de serviços de apoio administrativo, gestão e administração das participações societárias (Holdings) de instituições não-financeiras, podendo participar de outras companhias de qualquer natureza.

A Companhia possui uma filial na cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco, Rodovia PE 430, km 12, sem capital social destacado e com mesmo objeto social da matriz.

Em 20 de outubro de 2020, os sócios Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda e Solatio Energy Gestão de Projetos Solares Ltda, determinaram a transformação para sociedade anônima de capital fechado, adequando a determinação social para Bon Nome Solar S.A. e do objeto social para geração de energia elétrica oriunda de fonte solar.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de julho de 2021, a Bon Nome Solar Participações S.A passou a deter o controle da Bon Nome Solar S.A-SPE. A reestruturação da Holding Bon Nome Participações objetivou a emissão de 250.000 mil debêntures simples não conversíveis em ações no valor nominal de R\$1 (um real) cada totalizando R\$250.000 em debêntures para financiamento da UFV Bon Nome Solar S.A.

1.2. Declaração de conformidade

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 19 de abril de 2022.

1.3. Impactos relacionados à COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a pandemia relacionada ao Corona Vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020, a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A rápida e repentina propagação desta pandemia continua causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais e desencadeando decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem continuar gerando impactos relevantes na atividade econômica de alguns setores.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Impactos relacionados à COVID 19--Continuação

Conforme nota explicativa nº 1 Companhia iniciou a implantação do projeto Bon Nome Solar Participações em junho de 2021, não sofrendo nenhum impacto na programação dos seus projetos de aquisições das investidas ou na contratação dos equipamentos e de mão-de obra para início da construção da usina, cumprindo assim o cronograma de construção.

No escritório administrativo, a Companhia instituiu sistema de rodízio para respeitar o distanciamento seguro entre os colaboradores e durante os períodos mais críticos, passando a adotar estratégia mais restrita de áreas comuns, tendo maior parte da equipe trabalhando remotamente.

Além disso, foi adotado protocolo de higienização e adoção de álcool em gel em todos os ambientes.

A Companhia não identificou impactos relevantes econômicos e contábeis em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, não houve eventos até a data de emissão destas demonstrações financeiras, que alterassem essa situação.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As demonstrações financeiras, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas ao plano de negócios da Companhia avaliação da necessidade de provisão para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas. estão divulgadas na Nota 7.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.1. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras da Companhia, caso contrário será registrado no circulante.

2.2. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não negociados em mercados ativos, a Companhia faz a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

2.3. Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social

Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do exercício foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro presumido.

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

2.4. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

2.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados em curso são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo de arrendamento

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.7. Provisão para perda do valor recuperável de ativos não financeiros

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.7. Provisão para perda do valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)--Continuação

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. A Companhia não identificou perdas a serem reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são conforme detalhe abaixo:

- (a) *Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado*: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- (b) *Ativos financeiros a custo amortizado*: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- (a) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (b) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros--Continuação

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações que são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos e financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento, ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Nessa avaliação, a Companhia considera:

- (a) Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- (b) Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- (c) O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- (d) Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (a) *Mensurados pelo valor justo por meio do resultado*: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, para se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- (b) *Mensurados subsequentemente ao custo amortizado*: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de fazer essa compensação dos valores, e caso haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco cambial. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

2.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.10. Provisões--Continuação

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui provisões registradas, bem como contingências para fins de divulgação (possíveis).

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

2.11. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável, conforme políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.7.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.11. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa de desconto utilizada pela Companhia é de 10,59% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 35 anos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento, por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento.

2.12. Custo de empréstimos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

2.13. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações não vigentes

O CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo

- Substituição do IFRS 4 Contrato de Seguro para o IFRS 17 Contrato de Seguro;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; e
- Alterações ao IAS 37: Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.13. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações não vigentes--Continuação

A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor.

2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, determinação a vida útil do ativo imobilizado e do período de amortização do direito de uso, provisão para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas, mensuração do custo orçado dos projetos, valor justo de instrumentos financeiros e estimativas constante em estudo de viabilidade.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. A Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base, que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

b) *O período de amortização do direito de uso é definido com base no prazo dos respectivos contratos de arrendamento.*

c) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

d) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

e) *Provisões para riscos para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	593	-
Aplicações financeiras	11.284	98
	11.877	98

As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários (CDB) de instituições financeiras de primeira linha, de baixo risco, remuneração variando entre 98% a 103% do CDI, registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e não excedem o seu valor de mercado ou de realização, sendo 95% das aplicações com liquidez imediata.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, 99% do CDI em 31 de dezembro de 2021.

4. Imobilizado

Descrição	% taxa de depreciação	31/12/2021		
		Custo	Depreciação	Valor líquido
Imobilizado em andamento				
Adiantamentos contratos de importação	-	181	-	181
Construção em andamento	-	398.876	-	398.876
		399.057	-	399.057

Movimentação do imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adições	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em andamento				
Adiantamentos contratos de importação	-	188.981	(188.800)	181
Construção em andamento	-	210.076	188.800	398.876
	-	399.057	-	399.057

O valor de imobilizado em andamento refere-se substancialmente ao projeto Bon Nome Solar S.A., que em 31 de dezembro de 2021 apresentava 95% de avanço físico. Sua entrada em operação comercial ocorreu em fevereiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras. Entretanto, a Bon Nome Solar S.A. comprometeu-se a alienar fiduciariamente a totalidade dos equipamentos do projeto em favor do credor fiduciário das debêntures emitidas pela Bon Nome Participações S.A.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Imobilizado--Continuação

Movimentação do imobilizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado. A Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

5. Direito de uso

Os valores relativos ao Direito de uso registrados no ativo são oriundos da adoção inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos advém principalmente das obrigações assumidas em contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de geração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 35 anos tendo sua vigência entre 2020 e 2055.

Descrição	Registro inicial dos contratos	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Direito de uso	6.689	(269)	6.420

6. Fornecedores

Descrição	31/12/2021
Fornecedores nacionais	6.530
	<u>6.530</u>

Refere-se aos fornecedores nacionais para construção dos projetos dos parques de geração de energia fotovoltaica. Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias.

7. Provisões para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía processos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável ou possíveis, bem como até a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Passivo de arrendamento

Os valores relativos ao Passivo de arrendamento registrados no passivo circulante e não circulante são oriundos da adoção inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos advém principalmente das obrigações assumidas em contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de geração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 35 anos tendo sua vigência entre 2020 e 2055.

A divulgação das informações sobre as obrigações assumidas oriundas destes contratos está detalhada na Nota 2.11.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

	Registro inicial dos contratos	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2021
Passivo de arrendamento	6.689	(699)	507	6.497

Em 31 de dezembro de 2021 o passivo de arrendamento é apresentado como segue:

Descrição	31/12/2021
Passivo de arrendamento	23.220
(-) Ajuste a valor presente	(16.723)
	<u>6.497</u>
Circulante	25
Não circulante	<u>6.472</u>
	<u>6.497</u>

O passivo de arrendamento apresentado no passivo não circulante tem o seguinte fluxo de pagamento esperado:

Vencimento de Passivo de Arrendamento	2023	2024	2025	2026	A partir de 2027	Total
Fluxo esperado	28	31	34	37	6.342	6.472

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da companhia é de R\$405.000, dividido em 404.999.998 (Quatrocentos e quatro milhões novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas, e parcialmente integralizadas e 02(duas) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e totalmente subscritas e integralizadas, com saldo a integralizar de R\$ 639.

A composição do capital social subscrito da Companhia é assim demonstrada:

31/12/2021							
ACIONISTA	ON	PN	R\$/AÇÃO	CAPITAL (Em Reais)	% ON	% PN	% CAPITAL
Bon Nome Solar Participações	404.999.998	-	1,00	404.999.998	100	-	99,9999961
Solatio Energy Proj.Solares Ltda	-	1	1,00	1,00	-	0,00000196	0,00000196
Solatio Gestão Proj.Solares Ltda	-	1	1,00	1,00	-	0,00000196	0,00000196
TOTAL	404.999.998	2	-	405.000.000	100	0,00000392	100

31/12/2020						
ACIONISTA	ON	Valor(R\$)	ON%	PN	Valor(R\$)	% PN
Solatio Desenvolvimento e Gestão	4.999	4.999	50%	1	1,00	50%
Solatio Energy Projetos Solares	4.999	4.999	50%	1	1,00	50%
Total	9.998	9.998	100%	2	2,00	100%

Alterações contratuais

Em razão da transformação deliberada, o capital social de R\$10, então dividido em 10.000(dez mil) quotas, passa a estar dividido em 9.998 (nove mil, novecentas e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 2(duas) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os sócios, agora acionistas.

Em 06 de Janeiro de 2021 foi realizada Assembléia Geral Extraordinária, onde os acionistas aprovaram o aumento de capital social da Companhia em R\$4.610. Dessa forma o capital social da Companhia passa de R\$10.000 para R\$14.600.

Em 01 de maio de 2021, foi realizada Assembléia Geral Extraordinária, onde os acionistas aprovaram aumento de capital social da Companhia em R\$85.390 mediante emissão de 85.390.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas, foram subscritas e integralizadas exclusivamente pelo acionista Mercury Renew Participações S.A.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Patrimônio líquido--Continuação

9.1. Capital social--Continuação

Em 09 de setembro de 2021, os acionistas da Companhia aprovam o aumento do capital social, mediante emissão de 279.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas exclusivamente pelo acionista Bon Nome Solar Participações S.A. Dessa forma o capital social da Companhia passa a ser de R\$379.000 dividido em 378.999.998 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 2(duas) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. R\$ 100 foram integralizados com a capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

Em 15 de dezembro de 2021, os acionistas da companhia aprovam o aumento de capital social de R\$ 379.000, para R\$ 405.000 mediante emissão de 26.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pelo acionista Bon Nome Solar Participações S.A. e parcialmente integralizadas. O saldo a integralizar em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 639.

9.2. Distribuição de lucros

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

O lucro líquido, depois de deduzidos de 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deverá decidir quanto à sua destinação na distribuição de dividendos, constituição de reservas ou em outros fins.

A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 25% (dois por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas.

10. Custos, despesas e outras receitas

	31/12/2021	31/12/2020
Demais gastos	(25)	-
Outras receitas (despesas)	(199)	-
Serviços de terceiros	(192)	(11)
Depreciação e amortização	(269)	-
	(685)	(11)

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	401	-
	401	-
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamentos	(507)	-
Juros passivos	(10)	-
IOF	(19)	-
Demais despesas financeiras	(120)	(1)
	(656)	(1)
	(255)	(1)

12. Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes

a) Base de cálculo dos impostos apurados pelo lucro presumido para o exercício findo em 31 de dezembro é como segue:

	31/12/2021
Venda de energia	-
Receita de aplicação financeira	401
Total das receitas tributáveis	401
Presunção IRPJ 8%	83
Presunção CSLL 12%	36
Despesa com IRPJ e CSLL - lucro presumido	119

Para o cálculo do IRPJ foi considerado o adicional de 10% e do valor apurado deduzido o IRRF de rendimento de aplicação financeira no valor R\$2.

13. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

O principal ativo financeiro da Companhia inclui caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de recursos aportados por seus acionistas e obtido junto à terceiros. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a arrendamentos e fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações da Companhia.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

	Valor contábil	Valor justo	Nível
Custo amortizado – ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	11.877	11.877	1
Custo amortizado – passivos			
Fornecedores	6.530	6.530	2

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco estão estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de créditos são aprovados e revisados periodicamente pela administração.

i) *Risco de câmbio*

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia que está sujeito ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às importações feitas em moeda diferente de sua moeda funcional.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

ii) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. A Companhia está exposta ao: risco de taxa de juros, risco de câmbio, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, arrendamentos e equivalentes de caixa.

iii) *Risco regulatório*

A Companhia está sujeita a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração de Energia Solar. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros são monitoradas pela Diretoria Executiva da Companhia.

iv) *Risco de taxa de juros*

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia a mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava expostas na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil de fevereiro de 2022, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Bon Nome Solar S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

iv) *Risco de taxa de juros*--Continuação

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras--Continuação

Aplicações financeiras (em milhares de R\$)	Indexado r	% do Indexado r	Posição em 31/12/202 1	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				12,2313%	6,1156%	9,1734%	15,2891%	18,3469%
Aplicações financeiras								
Aplicações financeiras - Bon Nome Solar S.A.	CDI	103,00%	11.284	1.380	690	1.035	1.725	2.070
Total			11.284	1.380	690	1.035	1.725	2.070

Bon Nome Solar S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

v) *Risco de crédito*

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

vi) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez. O objetivo da companhia é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de empréstimos bancários, ações preferenciais e contratos de arrendamento.

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

Bon Nome Solar S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2021 estão assim compostos:

31/12/2021					
Empresas	tipo de seguro	Valor segurado	Prêmio total	Início Vigência	Término Vigência
Bon Nome Solar	Risco Operacional	R\$140 milhões	R\$594.021,86	03/02/2022	03/02/2023
Bon Nome Solar	Responsabilidade Civil	R\$5 milhões	R\$8.386,27	28/02/2022	28/02/2023
Bon Nome Solar	Risco de Engenharia	R\$170 milhões	R\$351.263,92	01/04/2021	28/02/2023

15. Eventos subsequentes

Financiamento Bon Nome

Em 19 de janeiro de 2022, a Bon Nome Solar S.A, celebrou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., contrato de financiamento, no valor de R\$ 192.513, prazo 20 anos, juros de IPCA+5,0441% (pagos mensalmente a partir de março/23), com previsão de desembolso para abril/22 (85%) e junho/22 (15%).

Entrada em Operação de Bon Nome

Em 03 de fevereiro de 2022 a ANEEL autorizou, o início da operação comercial da Usina Fotovoltaica Bon Nome , com capacidade instalada de 131,7MWp, sob o regime de produção independente de energia solar, com previsão de 283GWh/ano de energia.